



O ENSINO DA LIBRAS COMO PROCESSO DE INCLUSÃO

Gledson Freire Cavalcante ¹

Jessica Maria as Silveira ²

INTRODUÇÃO

O artigo desenvolvido como forma de conclusão de curso vem demonstrar a calorosa conquista dos sujeitos surdos para inclusão de uma língua falada de forma gesto-visual que perpetua em suas vidas por não poderem fala, emitir sons que por sua vez, foram ou são ocasionados por lesões ou por nascerem com a deficiência ou adquiri – las.

A demonstração da conquista dos surdos durante todo o processo da preponderalização da língua gesticulada não foi apenas para integrar os sujeitos surdos na sociedade não, mas para inclui – los em todos os aspectos , seja dentro da sociedade de forma idônea, ou para a que os mesmos possam se comunicar com todos, porém vimos durante o processo de inclusão da língua durante a década de 70 foram censuradas, impedindo que as instituições educacionais impedissem de estarem trabalhando a língua de sinais nas escolas e que as pessoas surdas não pudessem se comunicar com sinais e sim, que pudessem fazer terapias convencionais vocalizadas para a estimulação da voz, porém sabemos que alguns puderam conseguir, pois não eram totalmente surdas.

O trabalho mostra que as vitórias foram com muitas batalhas que viveram e que consigo ainda são presentes em muitos locais, inclusive nas próprias leis vigentes em nosso país que ainda anda em passos lentos, em todos os aspectos.

A pesquisa foi feita com base em referenciais bibliográficos encontrados na internet, livros, artigos, dissertações, teses e documentários encontrados em sites que falam sobre a eventualidade destacada.

Espera – se que essa pesquisa além de proporcionar momentos de reflexão a outros pesquisadores sobre a inclusão da língua brasileira de sinais – LIBRAS possam externar de forma crítica de como está sendo praticada a libras em nosso país, explanar

¹ Graduando do Curso de pedagogia da Universidade Kúrios - CE, gledson.freire@hotmail.com

² Graduando do Curso de pedagogia da Universidade UNP – RN, jessicasilveirafsk@gmail.com



uma visão de como os profissionais externam seus pensamentos sobre a formação e as dificuldades enfrentadas do ensino com as crianças surdas, o incentivo às instituições federativas para a formação pedagógica com os profissionais da educação que estão em sala diariamente.

Ver historicamente e vivenciar como está à exclusão de uma segunda língua e de uma sociedade excluída não são fáceis, espera-se que esse quadro seja mudado e que não se expresse apenas em leis e papéis que os mesmos possam ser efetivados.

METODOLOGIA

O presente artigo vem demonstrar de forma metodológica referenciada bibliográfica, abstraída de conhecimentos formulados por teóricos em artigos, documentários, teses, monografias a cunho de pesquisa para melhorar o desenvolvimento da cultura escrita e de conhecimento sobre determinado assunto.

Segundo Narconde e Lakatos, a pesquisa destacada desenvolve planejamento que possibilite um desenvolvimento de uma pesquisa lógica onde os procedimentos possam apontar.

Partindo do princípio de que as atuais formas de vida social, as instituições e os costumes têm origem no passado, é importante pesquisar suas raízes, para compreender sua natureza e função. Assim, o método histórico consiste em investigar acontecimentos, processos e instituições do passado para verificar a sua influência na sociedade de hoje, pois as instituições alcançaram sua forma atual através de alterações de suas partes componentes, ao longo do tempo, influenciadas pelo contexto cultural particular de cada época. Seu estudo, para uma melhor compreensão do papel que atualmente desempenham na sociedade, deve remontar aos períodos de sua formação e de suas modificações. (NARCOLI, LAKATOS. 2003.p106)

Destacar os conhecimentos com embasamento histórico é reverenciar fatos existentes que tendem a ter grande relevância ao assunto, e destacar com citações que autores possam inferir sobre o conhecimento dando apropriação de conhecimento, explorando mais e mais os conhecimentos acumulados, sejam eles vivenciados historicamente, antropológico ou sociologicamente.

REFERENCIAL TEÓRICO

É de suma importância se fazer entender a Educação Especial desde o início dos tempos até a atualidade, para que se perceba que as escolas especiais são as principais



responsáveis pelos progressos da inclusão, porém não responsáveis pelo indeferimento do direito das pessoas com necessidades educacionais especiais, de terem acesso à educação. Ratifica-se que a inclusão ou a exclusão das pessoas com deficiência estão ligadas às questões culturais.

No Brasil, foi a partir de 1930, que a educação especial passou a ser discutida, tornando-se uma preocupação dos governos que sentiu a necessidade de criar instituições públicas e privadas, órgãos normativos federais e estaduais e de classes especiais.

A partir de 1930, a sociedade civil começa a organizar-se em associações de pessoas preocupadas com o problema da deficiência: a esfera governamental prossegue a desencadear algumas ações visando a peculiaridade desse alunado, criando escolas junto a hospitais e ao ensino regular (JANNUZZI, 2004 p.34). Em 1954, surge o movimento das Associações dos Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), e aumenta o número de escolas especiais.

Tem-se a Declaração de Salamanca (1994) como marco e início da caminhada para a Educação Inclusiva. A inclusão é um processo educacional pelo qual todos os alunos, incluído, com deficiência, devem ser educados juntos, com o apoio necessário, na idade adequada e em escola de ensino regular. Enquanto educadores, nosso papel frente à inclusão, terão de se tornar mais solidários, hospitaleiros diante das diferenças e, acreditar que a escola terá que se renovar, pois a nova política educacional é construída segundo o princípio da igualdade de todos perante a lei que compreende as pessoas de todas as classes sociais.

A educação especial nasceu com muitas lutas, organizações e leis favoráveis aos deficientes e a educação inclusiva começou a ter eficácia a partir da Declaração de Salamanca (1994), a partir da aprovação da constituição de 1988 e da LDB 1996. Foi em meados do século XX, com a insistência de movimentos sociais de luta contra toda discriminação as pessoas com deficiência, surge, em nível mundial, a defesa de uma sociedade inclusiva. No decorrer desse período histórico, fortalecesse os julgamentos às práticas de classificação desses estudantes que são encaminhados para ambientes especiais, que conduzem, também, ao questionamento de um mesmo modelo de ensino e de aprendizagem, causadores de exclusão nos espaços escolares.

A partir desse ponto de vista acerca das práticas educacionais que resultam na desigualdade social de diversos grupos, o documento Declaração de Salamanca e Linhas



de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais anuncia que as escolas comuns seria uma forma para combater os caracteres discriminatórios, advertindo que:

O princípio fundamental desta Linha de Ação é de que as escolas devem acolher todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras. Devem acolher crianças com deficiência e crianças bem-dotadas; crianças que vivem nas ruas e que trabalham; crianças de populações distantes ou nômades; crianças de minorias linguísticas, étnicas ou culturais e crianças de outros grupos e zonas desfavorecidas ou marginalizados (BRASIL, 1997, p. 18)

Então a partir dos vários movimentos que buscam repensar o espaço escolar e da identificação das diferentes formas de exclusão, étnico racial, de gênero, geracional, territorial em meio a outras, a proposta de inclusão escolar inicia em seu processo de desenvolvimento.

No início do século XXI a proposta de um sistema educacional inclusivo passa a ser entendida na sua dimensão histórica, enquanto processo de reflexão e prática. Com a intenção de apoiar a transformação dos sistemas educacionais em sistemas educacionais inclusivos, a partir de 2003, são elaboradas estratégias para lançar referenciais da educação inclusiva no país. Para obter este propósito, é fundado o Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade, que desenvolve um extenso processo de formação de gestores e de educadores, por intermédio de parceria entre o Ministério da Educação, os estados, os municípios e o Distrito Federal. Assim, tem início a construção de uma nova política de educação especial que enfrenta o desafio de se constituir, de fato, como uma modalidade transversal desde a educação infantil à educação superior.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O presente trabalho desenvolvido durante o processo de formação pedagógica no curso de pós-graduação em libras, produzindo esse artigo como conclusão de curso, pude vislumbrar o conhecimento das propostas educacionais e das políticas de inclusão da língua de sinais desde a construção, formação histórica, formação teórica e proporcionalmente na formação docente depois das leis implementadas constitucionalmente e também a visão de uma proposta política pedagógica das instituições educacionais.

Vislumbrar uma política inclusiva ainda está a galgar por muitos profissionais da educação, porém também além de as próprias instituições públicas internalizadas para o



exercício da docência, uma das obrigações legais para ser dada ao professor, vimos também que durante a pesquisa também pudemos entender que os profissionais da educação também tendem a se esquivar de sua conta própria a não buscar o conhecimento devido para seu exercício quanto no processo de inclusão, a transbordar para o ensino da libras para seus alunos que necessitem do ensino de libras para se comunicar.

Atentar- se também a poucas instituições em um estado que pouco promove a inclusão da libras em seu currículo de ensino e também a escola de educação bilíngue para que outros profissionais possam se integrarem a educação e cultura surda para o conhecer e a praticar não só um ato de inclusão, mas um ato de humanização de conhecer o próximo e se interagir com uma língua pouco falada, porém usada em muitos países que a praticam de acordo com a sua língua materna.

Entende – se que as instituições federativas devam proporcionar a libras como uma segunda língua que deva ser falada em seu próprio país e não uma língua de um outro país como o inglês, espanhol, francês e outros.

Priorizar a língua de seu país é engrandecer o estado, incluir - se, culturalizar, inferir – se e dar prioridade as suas próprias raízes.

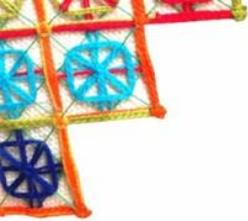
CONSIDERAÇÕES FINAIS

As pessoas com surdez enfrentam inúmeros entraves para participar da educação escolar, decorrentes da perda da audição e da forma como se estruturam as propostas educacionais das escolas e instituições de ensino superior.

Muitos alunos com surdez podem ser prejudicados pela falta de estímulos adequados ao seu potencial cognitivo, sócio afetivo, linguístico e político-cultural e ter perdas consideráveis no desenvolvimento da aprendizagem.

Apenas aceitar a Língua de Sinais não resolve e não caracteriza a proposta bilíngue, pois é preciso aceitar tudo o que vem junto com a língua, ou seja, a cultura, a identidade, a visão de mundo e a constituição de sujeito.

Mas é também pensar na outra língua, na Língua Portuguesa, e organizar as atividades entendendo que esta é a segunda língua, devendo pois ser utilizada de maneira acessível ao surdo, nesse contexto ressalta-se que à inclusão do aluno surdo no contexto escolar, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB, nº 9394/1996) estabelece que os sistemas de ensino deverão assegurar, principalmente,



professores especializados ou devidamente capacitados que possam atuar com qualquer pessoa especial na sala de aula.

O que se percebe é que na realidade, como mencionado antes aqui nesse trabalho, é que ainda existem muitos desafios tanto para as escolas quanto para os alunos surdos, as dificuldades estão inseridas tanto no contexto educacional do ensino regular e numa esfera mais ampla na EJA, e isso pode ser explicado pela falta de qualificação profissional, apoio e políticas mais efetivas ao atendimento da pessoa surda.

Espera – se que com toda a problemática explorada aqui nesse artigo possa servir de momento crítico e reflexivo para que os poderes possam intervir para a formação, inclusão e execução da prática da libras nas escolas de educação infantil, ensino fundamenta e médio e não apenas como uma mera disciplina nos cursos de formação de professores como ressalta a lei 5.626, embasada na lei da acessibilidade 10.098.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** - Lei n.º 9394/96. Brasília, 1996

Brasília: MEC/SEESP, 2006. QUADROS, Ronice Muller & KARNOPP, L. B. **Língua de sinais brasileira: estudos lingüísticos**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

GOLDFELD, M. **Fundamentos acerca da Lei nº. 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS e dá outras providências.**

MANTOAN, Maria Teresa Egler, Rosangela Gavioli Pietro; Valeria Amorim Arantes, **Inclusão Escolar: pontos e contrapontos** – São Paulo : Summus, 2006. – p.103

PAULON, Simone Mainieri **Documento subsidiário da política de inclusão**\\1997

QUADROS, Ronice Müller. **Educação de Surdos: A aquisição da linguagem**

ROCHA, Solange in: **O INES e a Educação de Surdos no Brasil**. Vol. 01, (Dez/2007). Rio de Janeiro: INES/2007

SOARES, Maria Aparecida Leite. **A educação de surdos no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados: Bragança Paulista, SP: EDUSF, 1999.

SKLIAR, C. B. **Uma perspectiva sócio-histórica sobre a educação e a psicologia dos surdos**. In: Carlos Skliar (Org). **Educação & Exclusão**. 3 ed. Porto Alegre: Mediação, 1997 a, v. 1, p. 105–155.